

## APRESENTAÇÃO: CONSTRUINDO SENTIDOS E CENÁRIOS

**Sílvia Guimarães** | Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Doutora em Antropologia Social e professora do Departamento de Antropologia (DAN) da UnB, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) e no Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (Mespt). Coordenadora do Laboratório Matula - sociabilidades, diferenças e desigualdades.

Orcid: [0000-0002-2097-2355](https://orcid.org/0000-0002-2097-2355)

E-mail: [silviag@unb.br](mailto:silviag@unb.br)

**Ronaldo Trindade** | Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP), em estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade de Brasília (UnB). Pesquisador associado ao Laboratório Matula – sociabilidades, diferenças e desigualdades.

Orcid: [0000-0003-4575-7050](https://orcid.org/0000-0003-4575-7050)

E-mail: [ronaldotrindade@gmail.com](mailto:ronaldotrindade@gmail.com)

**Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos** | Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Doutor em Antropologia Social e professor do Departamento de Antropologia (DAN) da UnB e no no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) e no Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (Mespt). Membro do Laboratório Matula - sociabilidades, diferenças e desigualdades e do Cauim – grupo de estudos e práticas dialógicas junto a povos e territórios tradicionais.

Orcid: [0000-0002-0606-4342](https://orcid.org/0000-0002-0606-4342)

E-mail: [carlosalexandrebps@gmail.com](mailto:carlosalexandrebps@gmail.com)

Em outubro de 2018, o então candidato Jair Messias Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil, expressão máxima do avanço da extrema-direita que vinha se afirmando no país desde a redemocratização, quando também começou a se constituir uma esfera pública pós-burguesa em que ganharam proeminência as lutas sindicais e os diversos movimentos sociais que imprimiram suas demandas no pacto constitucional a que se convencionou chamar de Constituição Cidadã (ROCHA, SOLANO e MEDEIROS, 2021). A atuação e visibilidade desses grupos sempre contaram com a desaprovação de setores mais conservadores e elitistas da sociedade brasileira, animosidade que se intensificaria ainda mais com a eleição dos governos trabalhistas dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) e Dilma Roussef (2011-2014 e 2015-2016), em que os

debates sobre as diversas formas de desigualdade se amplificaram, chegando mesmo a ganhar representatividade nas estruturas governamentais (ROCHA, SOLANO e MEDEIROS, 2021).

A “direita envergonhada” do pós-ditadura foi gradativamente se tornando mais ampla e visível, ao longo desses anos, até se “escancarar” ao ser alimentada pelos progressivos ataques da grande mídia aos governos petistas e na construção do fenômeno que ficou conhecido como antipetismo que, por sua vez, alimentaria uma animosidade pública contra os setores progressistas e contra suas formas mais públicas de atuação política, os movimentos sociais (ROCHA, SOLANO e MEDEIROS, 2021). A lógica que passou a se instaurar foi a de partição entre esquerda e direita, sendo que as questões das minorias diziam sempre respeito à primeira. A associação dos movimentos sociais com a esquerda foi vital para que se efetivasse uma união entre conservadores, religiosos, ativistas de direita e pensadores liberais, visando reestabelecer a esfera burguesa que se contrapunha a lutas operárias, feministas, LGBTQIA+ e dos movimentos indígenas, negros, camponeses e ambientalistas, então tomados como ameaça moral e política.

Desde o impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016, tornou-se explícito o avanço dos grupos de extrema-direita no Brasil, representados principalmente na figura de um até então político do “baixo clero”, popularmente conhecido por suas participações em programas da TV aberta, em que manifestava suas posições machistas, lgbtfóbicas e racistas, que ganhou grande projeção ao dedicar seu voto pelo impeachment da presidenta a um conhecido torturador dos anos de chumbo da ditadura (OYAMA, 2020). Bolsonaro passou a defender, em suas aparições públicas, pautas morais, armamentistas e liberais num contexto de acirramento das tensões entre, de um lado, setores conservadores da população, e de outro, os movimentos sociais e suas causas como a demarcação de terras indígenas e quilombolas, garantia de abortamento legal, educação sexual nas escolas, casamento homoafetivo, cotas raciais e étnicas etc. (OYAMA, 2020). Esse foi o cenário que o fez presidente do Brasil em 2019.



Desde o início de seu mandato, Bolsonaro implementou uma agenda liberal violenta baseada em privatizações e redução do Estado, cortando gastos e investimentos direcionados ao combate das desigualdades econômicas, étnico-raciais, de gênero e sexualidade, bem como à defesa do meio ambiente. Calou os conselhos participativos no Executivo, inviabilizou políticas públicas ancoradas na participação social e dos grupos étnico-raciais, feministas e LGBTQIA+. Vale destacar que Bolsonaro sempre contou com o apoio de grupos negacionistas que desconfiavam de estudos científicos que tratavam da eficácia das vacinas ou das mudanças climáticas (ROCHA, SOLANO e MEDEIROS, 2021; CESARINO, 2022).

Em meio a essa gestão, teve início a pandemia da covid-19 no Brasil. Estávamos diante do novo coronavírus. "Vírus" é uma palavra que deriva do latim e significa toxina, fluido venenoso. Dentro de nosso campo de inteligibilidade (Ocidental), o vírus é um ser microscópico constituído de DNA ou RNA e protegido por uma capa formada de proteínas. Considerados como parasitas intracelulares, uma vez que suas funções só podem ser desempenhadas quando penetram em uma célula viva para se servir dos seus recursos, os vírus conseguem invadir tipos diversos de células, notadamente as bactérias, plantas e animais. O termo vírus foi utilizado por Louis Pasteur (1822 – 1895) para definir o agente causador da (doença) raiva. As doenças causadas por vírus são chamadas de viroses, tais como as gripes, sarampo, varíola, rubéola, meningite, pneumonia, poliomielite e Aids. Para Bruno Latour (1993), os vírus emergem no pensamento médico-epidemiológico em meio a uma rede sociotécnica em que estavam implicadas agências humanas e não humanas, sendo, portanto, um híbrido de natureza e cultura, ou, para usar a expressão de Donna Haraway, um ator material semiótico (HARAWAY, 1995), uma vez que não é apenas uma coisa ou outra. Um vírus pode matar quando produz uma doença, porém, quem morre e quem vive não é uma questão que diga respeito apenas aos organismos, mas está diretamente relacionada com as estruturas complexas de uma sociedade, sendo acima de tudo uma questão política.



Como lembra Segata, o risco de contágio pelo vírus da covid-19 não pode ser universalizado, pois, a despeito da existência de uma mecânica biológica padronizável e conhecimentos técnicos para o enfrentamento da pandemia, “(...) situações locais de injustiça e de vulnerabilidade social e as próprias experiências de saúde e doença ou aquelas de risco e cuidado tensionam e limitam essa universalidade” (SEGATA, 2020, p. 288).

A primeira notificação de covid-19 no país ocorreu em 26 de fevereiro de 2020 e o primeiro óbito foi oficialmente divulgado em março desse ano, marcando o início de uma crise sanitária, social e política sem precedentes. A pandemia de covid-19 escancarou as profundas desigualdades estruturais da sociedade brasileira em sua relação com as questões de classe, raça, gênero e território, além de salientar a urgência de políticas públicas para a superação dessas desigualdades.

Desde o início da pandemia, alguns pesquisadores e representantes dos movimentos negros e das periferias chamaram a atenção para as formas como as ações frente à pandemia eram impactadas pelas desigualdades econômicas e raciais e para a inadequação das políticas criadas para atingir determinados grupos, bem como para os processos de vulnerabilização social das populações negras, indígenas e quilombolas durante a pandemia. As lideranças dos movimentos negros pressionaram para a divulgação dos primeiros dados raciais sobre infecções, hospitalizações e letalidade pela covid-19 na população negra (pretos e pardos). Tais números apenas confirmaram a maior vulnerabilidade de alguns grupos, ao revelar o impacto diferenciado da covid-19 nas populações negras, da qual havia um menor registro de casos, a despeito do maior número de óbitos.

As estatísticas explicitaram a fragilidade do acesso à saúde dos mais pobres e negros no Brasil. Além disso, as consequências da covid-19 não ficaram restritas à esfera da saúde, uma vez que trabalho, educação, renda, violência doméstica e até a violência policial

ajudaram a inserir diferenças na experiência da pandemia. A desigualdade é um fenômeno observado e mensurado de forma relacional, uma vez que é uma relação entre pessoas ou conjunto de pessoas em que a interação gera mais vantagens para um dos lados. Sua produção/reprodução deriva das hierarquizações de classe e de atributos como raça, gênero e nacionalidade, que interferem diretamente nas maneiras como os recursos são distribuídos na sociedade.

As desigualdades são produzidas e perpetuadas por uma distribuição desigual dos recursos públicos de um país. Porém, além das formas já conhecidas de desigualdade, é possível aludir também àquelas que se referem à negação de reconhecimento e respeito, que exclui certos grupos e os invisibiliza frente às políticas públicas, negando-lhes tratamento justo e igualitário. Assim, às desigualdades materiais, que se referem à posse de bens materiais e recursos sociais que podem gerar iguais oportunidades, somam-se as desigualdades de raça, gênero e território que devem ser destacadas quando se pretende investigar as formas estatais de enfrentamento de uma pandemia, que acabou sendo ainda mais violenta para os homens e mulheres negras periféricas, povos indígenas, quilombolas, mulheres e travestis precarizadas, para dar alguns exemplos.

No que se refere especificamente aos povos indígenas, fontes oficiais e dados compilados por organizações indígenas apontam para disparidades nos quantitativos de casos e óbitos. A covid-19 atingiu os povos indígenas num contexto de redução de gastos na saúde indígena pela União e de embates políticos para a aprovação de legislações, a exemplo da Lei nº 14.021/2020, que criou o Plano Emergencial para Enfrentamento da Covid-19 em Territórios Indígenas.

A respeito da chegada da covid-19 nas comunidades quilombolas, também foram frequentes o descaso e a omissão por parte do governo Bolsonaro. Segundo dados oficiais, existem no Brasil 6.023 localidades quilombolas, distribuídas por 1.674

municípios, concentrando-se principalmente nos estados da Bahia, Minas Gerais e Maranhão, onde estão localizadas quase metade das comunidades quilombolas do país. No que se refere aos óbitos de quilombolas oficialmente registrados, as regiões Norte, Sudeste e Nordeste foram as mais afetadas, com destaque para os estados do Pará, Rio de Janeiro e Amapá. Desse total, 65% das vítimas fatais foram quilombolas acima de 60 anos de idade<sup>1</sup>.

As comunidades negras localizadas nas áreas rurais ficaram sempre à margem dos investimentos e políticas públicas de saúde e educação. No que se refere à pandemia da covid-19, a subnotificação era muito mais alta nas comunidades quilombolas, mesmo em comparação com as populações indígenas, dada a rarefeita produção de dados oficiais sobre elas<sup>2</sup>. Teríamos ficado totalmente ignorantes sobre o impacto da covid-19 em alguns territórios quilombolas não fosse as iniciativas das próprias organizações quilombolas, levadas a cabo por meio de parcerias com ONGs e universidades. Em uma dessas iniciativas, a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq) se juntou ao Instituto Socioambiental (ISA) para a elaboração da plataforma “Observatório da covid-19 nos quilombos”, que revelou a invisibilidade da pandemia entre os quilombolas e que passou a monitorar os casos da covid-19 nessas comunidades espalhadas por todo o território nacional.

A pandemia da covid-19 realçou o colapso civilizatório não como uma mudança abrupta, mas sim como uma repetição fractal de padrões de destruição (DANOWSKI e VIVEIROS DE CASTRO, 2017). Um agente microscópico mapeou e externalizou o rastro de destruição que segue as mercadorias, em ações de devastação de florestas, despejos e emissões de poluentes, fome, expulsão de territórios e violência contra coletivos. Não

---

<sup>1</sup> O impacto da Covid-19 sobre as comunidades quilombolas. Informativo Desigualdades Raciais e Covid-19 | janeiro #6.

<sup>2</sup> O impacto da Covid-19 sobre as comunidades quilombolas. Informativo Desigualdades Raciais e Covid-19 | janeiro #6.

é possível ignorar a atuação da gestão do governo Bolsonaro, ao longo do cenário pandêmico quando suas ações consolidaram diversas violações de direitos (GUIMARÃES et al, 2021). Tudo isso tendo como pano de fundo um projeto civilizatório que despreza e nega outros cenários de vida. A forma de atuação do governo, com relação aos povos e comunidades tradicionais foi, no dizer de Michel Foucault (2010), um biopoder que funcionava por meio da divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer (FURTADO e CAMILO, 2016). Diante desse cenário de terror que se instaurou para povos e comunidades tradicionais e de periferias urbanas, as alianças políticas e ações radicalmente comunitárias promovidas por esses coletivos, criaram o que denominamos aqui de territórios do cuidado. Por onde esses coletivos se faziam e levavam suas experiências corporais com seus marcadores sociais de gênero, raça, classe dentre outros criavam ou dinamizavam territórios existenciais onde o agir, se relacionar e criar estavam ancorados na perspectiva do cuidado.

Povos e comunidades tradicionais enfrentaram a pandemia, somada à gestão bolsonarista, ao ativar uma agilidade tecnológica de cuidado combinada à habilidade de manejo e criação de vínculos com o diverso. Os mundos quilombolas, indígenas e de outras comunidades tradicionais acumularam conhecimento sobre o cuidado que se deve ter com o potencial patogênico de animais, plantas e minerais, criaram tecnologias e modos de viver em seus territórios para lidar com o diverso. Esses mundos se mantêm atentos em saber sobre como se relacionar com a alteridade, sobre como negociar e equilibrar as interações a fim de que não provoquem guerras ou sejam retaliados. Apresentam um conhecimento que vê animais, minerais, plantas e outros seres como potencialmente sujeitos, e não meros objetos submetidos a sentidos utilitários e financeiros. Assim, sabem que as trocas entre os diversos seres implicam em negociações focadas na permanência da própria vida (do território, das matas, dos rios),

considerada como a morada dessa miríade de subjetividades. O líder Davi Kopenawa<sup>3</sup> mencionou que as mudanças climáticas são, na verdade, a vingança da Terra ou vingança dos mundos, pois nessa lógica do cuidado na interação que os Yanomami vivem, outra parte da humanidade estrutura sua vida com ênfase na exclusão e morte do diverso. Foi isso que fez surgir o novo coronavírus.

Diante desse cenário que comporta a pandemia da covid-19 e a gestão do governo bolsonarista, este dossiê é formado por reflexões, baseadas em etnografias sobre saberes/práticas de cuidado produzidas por coletivos que vinculam territorialidades, corporalidades, tecnologias e demais conhecimentos produzidos por grupos sociais em interação com políticas públicas e intervenções em seus territórios e corpos. Discute a produção de cuidado por determinados coletivos, que vinculam estratégias/tecnologias na relação com o corpo e o território. Nesse sentido, debate problemáticas que se relacionam com: a ética do cuidado - ou ao conhecimento situado atrelado a relações que exigem cuidado, que se efetivam quando saber e pensar são inconcebíveis sem uma multidão de relações que também tornam possíveis os mundos com os quais pensamos (BELLACASA, 2012); e com o conceito de cosmografia, definido como os saberes territoriais e corpóreos, ancorados em existências, coletivamente criados e historicamente situados, que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território (LITTLE, 1997) e suas corporalidades. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele, além das criações que vinculam e fazem diversos seres. Este dossiê se baseia em reflexões sobre como os territórios emanam de relações de pensar/cuidar e apresenta ações práticas ético-afetivas que possibilitam ou sinalizam para a vida em comunidades tradicionais e de periferias urbanas. Assim, produzem

---

<sup>3</sup> Entrevista com Davi Kopenawa. Disponível em: <https://sumauma.com/para-mim-o-termo-mudanca-climatica-significa-vinganca-da-terra/>. Acesso em 21/06/2024.

territórios do cuidado.

Diante do novo coronavírus e da gestão do governo do então presidente Bolsonaro, esses territórios do cuidado se fortaleceram. A maioria dos artigos que compõem esse dossiê são abordagens etnográficas dos efeitos da pandemia de covid-19 entre populações subalternizadas tais como povos indígenas, quilombolas e travestis e foram escritos por pesquisadora/es, algumas/uns delas/es, inclusive, oriundos de comunidades tradicionais, o que demandou reflexões críticas sobre a alternância entre posições de sujeito de conhecimento ou aquilo que Donna Haraway (2022) chama de coreografia ontológica. Porém, mais do que dotar o leitor de informações sobre as/os autoras/es, essa dupla posicionalidade os coloca em posição de deformar nossas práticas de conhecimento. O desafio de pensar os efeitos da covid-19 entre povos e comunidades tradicionais é também o de interrogar os limites de nossa própria cosmologia moderna que teria promovido a grande cisão entre natureza e sociedade e, por meio dela, entre modernos e não modernos (LATOURETTE, 2013).

Os dois primeiros artigos deste dossiê centram suas análises em biografias marcadas pelas violações do governo Bolsonaro no contexto pandêmico. O primeiro artigo, “Quando corpo-território resiste: violações de direitos na vida de uma mulher indígena Mehĩ”, é uma homenagem a uma grande liderança indígena e ativista, a Creuza Prumkwyj Krahô, produzido por três pesquisadoras que Creuza acabou por reunir e ensinar sobre ativismo, política e rede de alianças, Verônica Aldé, Welitânia Rocha e Sílvia Guimarães. A biografia de Prumkwyj é narrada a partir de processos de construção da pessoa e sua corporalidade em coletivo, no povo Krahô (Mehĩ), e das ações de mobilização na busca por direitos indígenas, especialmente, na saúde indígena, diante do aumento expressivo de mortes entre as mulheres Krahô. O artigo apresenta uma experiência inovadora de abordagem de imersão histórica e cosmológica na vida e obra de uma liderança indígena feminina Krahô, por meio de um investimento metodológico pautado em análises de fatos e momentos que marcam a

trajetória dessa liderança a partir de seus relatos, da produção de documentos escritos, além da própria convivência direta das autoras com ela em contextos variados. O texto apresenta o conhecimento e política indígena sendo acionados por Prumkwij para salvar a vidas das mulheres Krahô diante de tanto descaso na saúde indígena.

O segundo artigo, “As travestis na pandemia, estratégias necropolíticas”, escrito por Ronaldo Trindade e João Dantas dos Anjos Neto traz a morte por covid-19 de uma ativista travesti como porta de entrada da discussão que desvela a forma como esse coletivo foi violentamente tratado na pandemia. Os artigos deste dossiê discutem os efeitos da pandemia da covid-19 e a gestão do governo Bolsonaro entre comunidades tradicionais e grupos urbanos subalternizados, quando emergiram denúncias de como alguns grupos, a depender de sua identidade de gênero, sua localização geográfica e de sua identidade étnica, foram mais ou menos assistidos pelo Estado. Embora não façam parte de uma minoria étnica, as travestis, enquanto minorias sexuais, aproximam-se desses coletivos quando observam seus direitos sendo violados diante de pautas da extrema-direita. Na construção de sua argumentação, os autores se acercam de conceitos como biopolítica de Michel Foucault e de necropolítica de Achille Mbembe para revelar as formas contemporâneas de gerir a vida nas sociedades atuais, bem como promover o extermínio, velado ou escancarado daquelas vidas que não importam (BUTLER, 2013). Os autores analisam as formas particulares como essas pessoas foram atingidas pela pandemia da covid-19, ainda mais precarizadas diante das medidas de isolamento social. Assim, procedem por meio de uma reconstituição do cenário pandêmico para então questionarem, por meio de conceitos como biopolítica e necropolítica, se de fato o vírus da covid-19 foi um equalizador que tornou precária a vida de todos indistintamente, como muitas vezes se propagou, ou, ao contrário, o que houve foi uma desigual distribuição de recursos e precariedades.

Além dos sintomas da doença, a presença da covid-19 em algumas comunidades interferiu na própria maneira como determinado coletivo produz seus corpos e sua

coletividade. Um bom exemplo disso é o artigo de Alessandra Corezomaé Boroponepá e Sonia Lourenço, denominado “Práticas de autoatenção Balatiponé durante a covid-19: experiências, conhecimento tradicional e mobilização coletiva dos povos indígenas”, que trata da experiência do povo indígena Balatiponé e suas práticas de autoatenção no enfrentamento da pandemia. Esse artigo conta com uma fina reflexão de Alessandra sobre como fazer etnografia entre seu povo em momento tão delicado de descaso do governo federal e em contexto pandêmico. As autoras descrevem como os Balatiponé reativaram os saberes tradicionais e mobilizaram as práticas de autoatenção no enfrentamento e prevenção à proliferação do coronavírus. Também traçam um percurso histórico das epidemias como arma de guerra entre os Balatiponé e da resistência que criaram às políticas de “integração nacional” que quase levaram ao desaparecimento deste povo, mostrando como esse coletivo indígena posicionou-se em sua cosmopolítica na defesa de sua existência e da vida.

Outro artigo que discute a produção do coletivo em sua potência, buscando criar territórios fortalecidos voltados para o cuidado e a sobrevivência é o artigo de Lury Felipe, “Coletividade na comunidade Me’cürane frente a pandemia da Covid-19 e as violações de direitos”, que trata do ritual da moça nova, realizado quando uma jovem é separada do resto do grupo para que as mulheres mais velhas produzam seu corpo adulto. Ao mesmo tempo, a realização periódica desse ritual reafirma uma coletividade que nunca está pronta, mas vive em dinâmica criação. Na medida em que as práticas rituais são suspensas pelas recomendações sanitárias oriundas da medicina ocidental, essa dupla produção do corpo físico e do social fica absolutamente comprometida. O artigo realiza também um percurso histórico que se concentra nos cuidados com a saúde e a vida no território diante das doenças, partindo das violações dos direitos à saúde e à educação indígena perpetradas pelo governo entre 2018-2021. Essas ações minaram os serviços de saúde e educação no território, levando a situações extremas.

O artigo seguinte de Isadora Fortes do Espírito Santo e Clara Nabuco da Fonseca, “Teias de cuidado e articulações políticas quilombolas no contexto da covid-19: refletindo com a Comunidade Rural Quilombola Sumidouro”, segue a premissa de que os territórios emanam relações de pensar/cuidar e apresentam ações práticas ético-afetivas de cuidado. No artigo, as autoras refletem sobre os modos de ser, fazer, resistir, existir e promover a vida nas comunidades quilombolas (e tradicionais), mais especificamente na comunidade quilombola Sumidouro, localizada no município de Queimada Nova (PI). No contexto pandêmico, vivenciaram impactos socioambientais no território promovido por megaempreendimentos de energia eólica. Segundo as autoras, ocorre no modo de vida comunal e biointerativo fios éticos que costuram teias de cuidado para com todos os agentes humanos e não humanos que sustentam e possibilitam a vida em seus territórios. Nesse sentido, abordam as experiências compartilhadas por algumas lideranças no que diz respeito ao enfrentamento da pandemia, suas consequências e a permanência de que ameaçam a vida tanto quanto o vírus. As autoras reforçam que a resistência quilombola não começou e nem terminará com a pandemia, e que a pandemia serviu para revelar com ênfase as práticas genocidas do Estado brasileiro e ativar ainda mais as redes de cuidado e de articulações políticas do movimento quilombola, no Piauí e no Brasil, na luta pela garantia dos seus direitos aos serviços e políticas de saúde voltadas às comunidades quilombolas.

O texto de Francisco Apurinã, “Entre o céu e a terra: os Harakwá dos Awá e a Estrada de Ferro da Vale”, tensiona ideias duais como natureza e cultura, a relação de humanos e não humanos, do conhecimento dominante científico ocidental e o conhecimento indígena. Apresenta como essas ideias geram realidades distintas de socialidade que explicam as catástrofes ambientais que vivemos, inclusive a pandemia. Traz uma narrativa etnográfica sobre o povo Awá-Guajá a partir do que o pesquisador e autor indígena observou e viveu junto a esse povo, chamando a atenção para a relação dos Awá com os *karawara* (demiurgo), que ocorre por meio da caçada na floresta,

promovendo relações entre o céu e a terra que precisa continuar para que haja a sustentabilidade dos recursos naturais, o bem e manutenção do planeta e dos seres vivos que o habitam. Sem floresta não haverá caça e sem caça não haverá relação entre as sociedades celestes e terrenas, visto que os *karawara* precisam da floresta para continuar no céu e os Awá precisam do céu para continuar na floresta. Empreendimentos sobre os territórios indígenas pouco se preocupam com as ciências indígenas e até mesmo com determinadas ciências ocidentais que têm feito o mesmo alerta que as ciências indígenas sobre as ameaças à vida do planeta que tais empreendimentos têm efetivado.

O artigo de Danielle Medeiro, “Territórios de sobrevivência: o cuidado pensado a partir de uma perspectiva interseccional”, discute, alicerçada nos atravessamentos da pandemia da covid-19, sobre as noções de cuidados advindos do contexto de territórios considerados marginalizados dentro da sociedade, ou seja, de Territórios de Sobrevivência, evidenciando problemáticas, contradições, mas também potencialidades e engenhosidades construídas a partir do entrelaçamento entre gênero, classe e território. Além disso, a autora reflete a respeito de cuidado e gênero numa perspectiva interseccional, entendido como sistema de opressão interligado que circunda a vida de mulheres negras, pois isso requer o reconhecimento de que o cuidado também deve ser estudado a partir das categorias de classe e raça. Para Danielle Medeiro, as mulheres negras, moradoras de periferias, indígenas e rurais, não dissociam os cuidados de suas territorialidades, nesse universo apresentam um conhecimento que vê animais, minerais, plantas e outros seres como potencialmente sujeitos, as trocas entre os diversos seres implicam em negociações focadas na permanência da própria vida no território. Por fim, a autora aponta a importância dos cuidados a partir de outras perspectivas, como das mulheres negras, indígenas e rurais, integrando gênero e território como elementos fundamentais na produção de estratégias de sobrevivência e gestão da vida.

O dossiê é finalizado com uma carta produzida por duas mulheres quilombolas, Rosiene Francisco dos Santos, Alciléia Conceição Cesário de Torres, e uma mulher filha de quebradeira de coco de babaçu e neta de benzedeira, Welitânia Rocha. As autoras retomam uma carta que escreveram em 2021 para as crianças, jovens e adultos do Quilombo Kalunga com o objetivo de mostrar um pouco como foi o enfrentamento da covid-19. Agora, nessa retomada e reescrita da carta, elas refletem sobre as “sequelas” que carregam em seus corpos e mentes por terem experimentado um momento de desafios, que foi atravessado por sentimentos tais como dor, empatia e resiliência. Num texto de formato alternativo - uma missiva às futuras gerações - as autoras destacam, como os demais artigos dessa coletânea, o grave descaso do Estado com alguns grupos subalternizados, intensificado pelo avanço da extrema-direita, com seu desprezo para com as minorias, além de destacar os efeitos deletérios da flexibilização de direitos trabalhistas e as distintas formas de acessos à saúde experimentadas durante a pandemia da covid-19. Diante disso, foram de grande importância os cuidados e práticas de saúde ancestral, destacando que os povos quilombolas são povos do afeto, do amor e de sabedoria e que foi assim que puderam mobilizar alguns elementos voltados para atenuar os efeitos da covid-19 entre eles. As autoras aprofundam a discussão sobre territórios do cuidado, trazendo relatos de como o território Kalunga teve que potencializar sua rede de cuidado para acolher quilombolas que retornaram ao território de suas vidas de trabalho nas cidades, tratando assim da precarização do trabalho na pandemia quanto vivido por pessoas quilombolas.

Os artigos aqui apresentados fazem referência aos saberes tradicionais e práticas comunitárias sendo ativadas para tratar os efeitos e as sequelas da covid-19 somada à gestão violenta do governo Bolsonaro num contexto em que tais comunidades tradicionais e de periferias urbanas estavam sendo ameaçados em seus direitos trabalhistas, à saúde, à educação, por conta do negacionismo e da ineficiência do governo Bolsonaro. Assim, estudos como os que aqui disponibilizamos demandam que

os efeitos da covid-19 na vida de determinados coletivos devam ser entendidos também em termos de políticas ontológicas, para usar a expressão de Isabelle Stengers (2018).

Existe ainda uma dimensão pouco explorada dos efeitos da covid-19, que se faz mais visível entre os povos tradicionais, como já bem demonstrado em diversas pesquisas etnográficas: trata-se dos limites de nossos entendimentos sobre os direitos humanos. Autores indígenas como Davi Kopenawa (KOPENAWA e ALBERT, 2015) e Ailton Krenak (2020), bem como antropólogos como Marisol de la Cadena (2015) já chamaram a nossa atenção, e aqui enfatizamos, como os território do cuidado se referem a uma rede ampla de sujeitos, que se inter-relacionam, como as florestas, os rios, pedras, montanhas ou mesmo o vento, os quais estão vivos nas cosmologias indígenas. E as reações dos coletivos tradicionais ao criarem territórios do cuidado estão ancoradas em perspectivas que levam em consideração todos esses sujeitos. A vida que merece ser vivida engloba tudo e todos esses entes que permitem ter o alimento, a água, os rituais, os corpos e o território pulsando.

## Referências

BELLACASA, María Puig de la. 'Nothing comes without its world': thinking with care. **The Sociological Review**, v. 60, n. 2, 2012.

BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Trad. Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CESARINO, L. **O mundo do avesso**: verdade e política na era digital. Ubu, 2022.

DANOWSKI, Débora; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. Desterro/Florianópolis: Cultura e Bárbarie, 2017.



DE LA CADENA, Marisol. **Earth Beings: Ecologies of Practice** across Andean Worlds. Durham: Duke University Press, 2015.

FOUCAULT, Michel. Crise da medicina ou crise da antimedicina. **Verve**, n. 18, 2010, p. 167-194.

FURTADO, Rafael N.; CAMILO, Juliana A. de Oliveira. O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. **Revista Subjetividades** [online]. v. 16, n. 3, 2016, p. 34-44. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2359-07692016000300003](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692016000300003) - iso. Acesso em 21/06/2021.

GUIMARÃES, Sílvia; PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre; PORTELA, Cristiane; NASUTI, Stephanie. Fazer antropologia em tempos pandêmicos: narrativas de povos e comunidades tradicionais e de periferias urbanas sobre a pandemia covid-19. **Revista PÓS**, v. 16, n. 2, 2021.

HARAWAY, Donna. **Quando as espécies se encontram**. São Paulo, Editora Ubu, 2022.

\_\_\_\_\_. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, 1995, p. 7-41.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**. Palavras de um xamã Yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LATOUR, Bruno. **The pasteurization of France**. Harvard University Press, 1993.

\_\_\_\_\_. **Jamais fomos modernos**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 3a. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.



LITTLE, Paul E. Superimposed cosmographies on regional Amazonian frontiers. **Série Antropologia**, n. 219, 1997, p. 1-32.

OYAMA, Thais. **Tormenta: O governo Bolsonaro: crises, intrigas e segredos**. São Paulo: Companhia das Letras. 2020.

ROCHA, Camila, SOLANO, Esther e MEDEIROS, Jonas. **The Bolsonaro Paradox: The Public Sphere and Right-Wing Counterpublicity in Contemporary Brazil**. Cham: Springer, 2021.

SEGATA, Jean. Covid-19, biossegurança e antropologia. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 26, n. 57, maio/ago. 2020, p. 275-313.

STENGERS, Isabelle. The Challenge of Ontological Politics. In: DE LA CADENA, Marisol; BLASER, Mario. **A World of many worlds**. Durham: Duke University, 2018.

